

# DIÁLOGO, CURRÍCULO E INTERDISCIPLINARIDADE: DA TEORIA À PRÁTICA – UM CASO NA FUNDAÇÃO LIBERATO <sup>1</sup>

Ana Izabel dos Santos Fernandes <sup>2</sup>  
Rogéria Silveira Pacheco <sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo trata de uma experiência pedagógica interdisciplinar em Língua Portuguesa e História na Fundação Liberato nas segundas séries do curso de Eletrônica. Como fundamentação dessa prática, nos apoiamos em suportes e referenciais teóricos na área do currículo e da interdisciplinaridade, explorando em projetos de pesquisa a importância do diálogo como manifestação de um espaço democrático na construção do conhecimento.

Tanto os professores quanto os alunos atuam cognitivamente no processo educativo, por isso, ambos encontram-se na posição daqueles que aprendem. Nessa relação pedagógica, a consciência, a inteligência, a criatividade são fatores determinantes no espaço escolar, em que deve haver pessoas corajosas e dispostas a defender suas idéias, uma vez que é necessário transgredir para fora da sala de aula e da escola. Conforme Hernández (1998, p.12) “procura-se transgredir a visão de currículo escolar centrada nas disciplinas, entendidas como fragmentos empacotados em compartimentos fechados, que oferecem ao aluno algumas formas de conhecimento que pouco têm a ver com os problemas dos saberes fora da Escola, que estão afastados das demandas que diferentes setores sociais propõem à instituição escolar e que têm a função, sobretudo, de manter formas de controle e de poder sindical por parte daqueles que se concebem antes como especialistas do que como educadores.” Com isso, entende-se por transgressão a desocupação de um espaço consagrado na escola, que é o do professor, ou seja, o lugar de quem é o detentor do saber e, conseqüentemente, do poder e do controle, dificultando o processo da construção do conhecimento do aluno, devido à irreversibilidade comunicativa que caracteriza o discurso pedagógico. Dessa forma, o professor estabelece uma verdade única que não sofre contrapontos, evidenciando, assim, o autoritarismo que permeia as relações pessoais nas instituições de ensino, muitas vezes, de forma velada. Pois, segundo Foucault (1989, p. 14) “a “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. (...) Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento.” Por isso, a escola deve tornar a sala de aula um lugar de diálogo, constituindo um desafio para o professor.

Diante disso, é importante considerar o fato de que há, em alguns ambientes escolares, situações em que os alunos não compartilham idéias, têm dificuldades de demonstrarem opiniões e explicitarem conflitos, que são práticas inerentes ao processo de construção do conhecimento. Cabe, então, ao professor propiciar atividades em que seja privilegiado o fazer coletivo, sem, contudo, eliminar momentos de trabalho individual dos alunos, lembrando que o aluno aprende sozinho, mas necessita do outro para interagir com o conhecimento. E a aprendizagem em todas as áreas do conhecimento contribui para que o aluno desenvolva a capacidade de dialogar, expandindo o horizonte do pensar, relativizando pontos de vista particulares, e também pode ser avaliada, discutida e socializada.

Num processo pedagógico não é só o educador, que ensina e o educando, que aprende, também há o educador aprendendo e o educando ensinando. Contudo, esse último processo não é tão comum na prática escolar. Segundo Freire (1996, p.25) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Dessa forma, é possível não só afirmar que o ensino e a aprendizagem são ações simultâneas, como também dizer que o educando é

---

<sup>1</sup> Artigo revisado pela Doutora em Educação Cecília Osowski, Professora da UNISINOS.

<sup>2</sup> Professora de História da Fundação Liberato.

<sup>3</sup> Professora de Língua Portuguesa da Fundação Liberato e da UNISINOS; Mestre em Educação.

visto como um sujeito-agente, revestido de sua capacidade crítica e criadora, na produção do saber. Portanto, dentro dessa perspectiva de aprendizagem democrática, deve haver mais interação entre o professor e os alunos, para que existam mais possibilidades de produção de conhecimento na escola, vista como um espaço de comunicação, que viabiliza a compreensão da realidade e que, para tanto, não dispensa as práticas do saber falar e escutar.

“Por isso é que, acrescento, quem tem o que dizer deve assumir o dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que quem escuta diga, fale, responda. É intolerável o direito que se dá a si mesmo o educador autoritário de comportar-se como o proprietário da verdade de que se apossa e do tempo para discorrer sobre ela. Para ele, quem escuta sequer tem tempo próprio, pois o tempo de quem escuta é o seu, o tempo de sua fala. Sua fala, por isso mesmo, se dá num espaço silenciado e não num espaço com ou em silêncio. Ao contrário, o espaço do educador democrático, que aprende a falar escutando, é cortado pelo silêncio intermitente de quem, falando, cala para não escutar a quem, silencioso, e não silenciado, fala.” (FREIRE, 1996, p.132)

É escutando os alunos em suas dúvidas, em seus medos, em sua “incompetência provisória”, como diz Freire, que os educadores aprendem a falar com os educandos. Nesse encontro da realização do ensinar e do aprender na escola, o currículo se caracteriza como um eixo fundamental, carregado de significados, pois nele há o encontro de vários “conteúdos” e práticas dirigidos a uma determinada identidade. Isso se torna bastante complicado quando se leva em conta que o currículo abrange muito mais aprendizagens do que as que seus “conteúdos programáticos” ditam. A partir dessa perspectiva, passa a ser preocupação de educadores e educadoras criar e desenvolver, na escola, um currículo e uma pedagogia multicultural que procure atender as diferenças específicas em termos de raça, classe e gênero, respeitando os outros diversos. Segundo Costa (1998, p.244) “as sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por uma poderosa ordem discursiva que rege o que deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não estão isentos desses efeitos. Os sujeitos se constituem no interior de tramas históricas. Eles são simultaneamente, constituídos e constituintes. Nesta concepção, a centralidade da linguagem passa a ser evidente.” Na verdade, ao mesmo tempo, em que estamos presos a um discurso hegemônico, somos capazes de agir deliberadamente, compondo a história do nosso mundo. E, como educadores e educadoras, juntamente com nossos alunos, devemos assumir um espaço narrativo, no nosso presente histórico, para contar as nossas histórias e ouvir atentamente as dos outros, investindo, assim, num processo de ressignificação de práticas culturais e formação de uma história própria e coletiva. Essa discussão está servindo para avaliarmos o sentido da escola no contexto social, como também para nos possibilitar ver que ela constitui um espaço importante onde veiculam aprendizagens tanto específicas como diferenciadas.

Um dos compromissos da escola é preocupar-se com a constituição de seus alunos e alunas, tendo em vista o desejo de torná-los cidadãos ativos e solidários com condições para viver e participar em sua comunidade. Através do currículo, o aluno e a aluna podem desenvolver competência comunicativa, espírito investigador e crítico, criatividade e versatilidade, como também procurar incorporar os avanços tecnológicos ao exercício do seu futuro profissional. Assim, a instituição escolar que caminha nessa direção deve propor ações e projetos de trabalhos, que propiciem aos educandos refletir sobre algo e tomar decisões, saber trabalhar em grupo e solicitar colaboração de seus colegas, criticar e defender suas idéias sem se reprimirem, caso elas sejam contrárias às do seu interlocutor. Tudo isso dentro de um clima favorável de relacionamento, em que o saber escutar e o falar transitam harmoniosamente com respeito.

Conforme Santomé (1995, p. 159) “as únicas limitações, nessa participação ativa e tomada de decisões e suas condutas subseqüentes, devem ser impostas pela ética que rege toda situação democrática.” Tendo como suporte valores-fins da educação, a escola, no seu ensino básico, busca viabilizar condições, para que os indivíduos (alunos e alunas) unam conhecimento e posturas éticas, estéticas e políticas, que constituem o terreno onde possa vir a ocorrer a transformação desses sujeitos em cidadãos participantes no processo do fazer cultural.

É relevante lembrar que, mesmo após toda a discussão em torno dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a partir de 1996 e de suas propostas relacionadas a um ensino articulado,

observando os seus objetivos e competências atingidas por consequência, ainda encontra-se, no panorama educacional brasileiro, a fragmentação do saber, distribuída nas grades curriculares. Diante dessa situação, confrontamo-nos com um desafio: pensar alternativas metodológicas que propiciem a integração de conhecimentos teórico-práticos e de estruturas cognitivas, afetivas e motoras, que contribuem na formação de nossos alunos consciente e criativamente, situando-os como agentes transformadores no processo de construção e reconstrução de sua história.

Em virtude disso, não pretendemos aqui resolver, de forma pretensiosa, temas tão cruciais da educação, mas sim fazer algumas reflexões e apresentar uma proposta prática através de uma ação interdisciplinar, que pode contribuir na resolução dessa questão. Junto com Gonçalves (1996, p. 173) “entendemos por ação educativa de cunho interdisciplinar o esforço conjunto de professores de diferentes disciplinas do currículo escolar na busca de um eixo em torno do qual se articulem elementos teórico-metodológicos de suas disciplinas, de modo a possibilitar aos alunos experiências em que eles possam integrar os diferentes enfoques, enriquecendo a sua compreensão da realidade concreta e propiciando uma ação autônoma e crítica.” É importante destacar que, para a realização de uma prática interdisciplinar, é necessário que o professor tenha uma visão global do objeto de conhecimento de sua disciplina, para, então, estabelecer elos com as outras que compõem o quadro curricular de um determinado contexto escolar. Além disso, o professor deve ter claro para si o sentido de sua disciplina a fim de poder entendê-la e daí estabelecer vinculações com a concreta realidade do mundo atual.

Nessa orientação, práticas de ensino através de projetos interdisciplinares pressupõem uma elaboração de conhecimentos compartilhada, o que incide sobre a formação de pessoas lúcidas, críticas e responsáveis, além de possibilitar a reflexão sobre o processo de desenvolvimento social, estabelecendo relações com o cotidiano. A compreensão da responsabilidade social do cidadão, cuja construção do conhecimento passa pelo aprendizado da cidadania, é levada em conta nesse processo educativo. Por isso, entende-se que a interdisciplinaridade tem sido a forma mais organizada e viabilizadora de uma nova modalidade de ensinar que busca escapar das limitações do currículo. Além disso, ela abre caminhos, criando condições de rupturas, por se colocar como um espaço corajoso no qual é possível concentrar disciplinas que compõem a formação de uma identidade cultural. Sobre isso Hernández (1998, p.21) afirma que: “A função da escola não é só transmitir “conteúdos”, mas também facilitar a construção da subjetividade para as crianças e aos adolescentes que se socorrem nela, de maneira que tenham estratégias e recursos para interpretar o mundo no qual vivem e chegar a escrever sua própria história”.

Indo nessa direção, entende-se que a função social da escola é possibilitar ao aluno a compreensão da realidade na qual vive e com a qual convive. Dessa forma, há o reconhecimento positivo de iniciativas escolares criativas que envolvem professores e alunos numa atividade interdisciplinar que não reside apenas no processo de integração das disciplinas, mas numa proposta de pesquisa, que permitirá ao aluno receber orientações e desafios em prol de um tema escolhido por ele, configurando uma troca interdisciplinar de todos os membros envolvidos nessa relação.

“Uma definição mínima da pesquisa para esta finalidade é de ter que atingir o nível do “questionamento reconstrutivo”. Dois reptos estão em jogo: a) há que aparecer o desafio do questionamento: um sujeito capaz de perguntar, inquirir, duvidar, contrapor-se, confrontar-se, significando, sobretudo a capacidade de autonomia e a habilidade de saber pensar; b) há que aparecer o compromisso de reconstrução: à crítica deve seguir a contraproposta, devidamente reconstruída, na qual comparece a competência humana pertinente e capaz de intervir na prática.” (DEMO, 2001, p.22)

Levando em conta essas considerações, queremos apresentar a nossa proposta, que está centrada na tentativa de oferecer condições de participação ativa, crítica, integrada e criativa aos nossos alunos na trajetória cultural de sua época histórica. Para tanto, inicialmente, é importante conhecer a realidade da escola onde atuamos, que é o lugar em que se desenvolve toda a proposta de um projeto interdisciplinar dirigido por nós e que mostraremos aqui.

A Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha é uma instituição de ensino médio profissionalizante, situada em Novo Hamburgo, cidade localizada a 40 km de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Com 37 anos de existência, essa escola tem aproximadamente 2000 alunos, provenientes de 14 municípios. Os cursos oferecidos por esse estabelecimento são Química, Eletrotécnica, Mecânica e Eletrônica no turno diurno, com duração de 4 anos e, no noturno, além desses, também Segurança do Trabalho e Mecânica Automotiva, realizados em 2 anos, pois pressupõem ensino médio concluído.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, a Fundação Liberato se configura por incentivar com bastante ênfase a pesquisa científica nas mais diversas áreas do conhecimento. Essa característica, no decorrer da história dessa instituição, foi assumindo uma proporção tal que transformou a feira de ciências interna em uma mostra internacional de trabalhos técnico-científicos, denominada MOSTRATEC, que já ocorre há 19 anos. Esse evento promove o encontro entre instituições de ensino, pesquisa e o meio empresarial, desenvolvendo e aplicando novas tecnologias. Os projetos que se destacam na MOSTRATEC são credenciados para participarem de feiras nacionais e internacionais.

Inseridas nesse contexto, nós, professoras de Língua Portuguesa e História das segundas séries do curso de Eletrônica, elaboramos um projeto de pesquisa interdisciplinar, que teve início em 1994, voltado para a área de ciências humanas. Essa proposta que ocorre durante o ano letivo, de abril a outubro, desenvolve-se da seguinte forma: inicialmente comunicamos aos nossos alunos sobre esse trabalho, caracterizado como uma atividade opcional, desvinculada das outras de sala de aula, portanto, quem se engajar nesse projeto terá um envolvimento extra-classe. Logo após essa divulgação, os alunos interessados, que podem se organizar em grupos de até 3 alunos por proposta de pesquisa, são submetidos a uma entrevista com as professoras orientadoras, que farão uma análise do rendimento escolar de cada inscrito. Um dado fundamental é que toda essa atividade nós realizamos conjuntamente e para tal dispomos de uma carga horária que corresponde a 6 períodos de aula, em função disso são aceitos apenas 6 grupos nesse projeto. Todas essas etapas fazem parte do lançamento do projeto até a seleção final dos alunos, e na seqüência dá-se o início a todo o processo desse trabalho.

Cada grupo tem 50 minutos de orientação semanal. E cada encontro se destina à discussão e à delimitação do tema, formulação do problema, da hipótese, bem como, da justificativa e objetivo. Ainda nesse período de tempo, é feita a elaboração da metodologia de pesquisa, que perpassa por um estudo de análise qualitativa de cunho interpretativo dos dados coletados em campo. Esse material resultará uma monografia que será repassada para os professores 15 dias antecedentes à apresentação oral. Enfim, todo esse trabalho culmina com uma apresentação oral para uma banca formada pelas professoras orientadoras e por um professor convidado pelos alunos. E nessa ocasião os alunos entregam o caderno campo.

Queremos ressaltar que a cada edição desse projeto, mais especificamente, na sua finalização, avaliamos juntamente com o aluno, toda a trajetória durante o processo de pesquisa e orientação. As sugestões e comentários que recebemos deles servem para retomarmos e reformularmos pontos que fazem parte da organização de toda essa proposta interdisciplinar. Paralelamente a isso, contribuímos com orientações que fazem o aluno refletir a sua postura como pesquisador e sujeito.

Na intersecção da teoria e da prática que abordamos, essa proposta vem ao encontro da idéia que defendemos, pois transitamos dentro de um currículo aberto que não se prende às “grades” do saber, extrapolando o que está delimitado em nossas disciplinas. Estabelecemos com nossos alunos uma atitude dialógica, na medida em que eles manifestam o desejo de estudarem um determinado tema, e nós refletimos conjuntamente sobre essa escolha deles. E quando partem em busca do conhecimento, comportamento que confere ao processo de uma pesquisa motivamo-os e desafiamo-os. Isso ratifica o fato de entendermos que nesse diálogo não há a imposição de uma verdade única: a defendida por aquele que detém o saber. Na realidade, nessa troca aprendemos com os nossos alunos, assumindo os seus lugares. Em virtude disso, agimos como professoras transgressoras, que estabelecem permuta com os alunos e alunas, reconhecendo que eles também ensinam.

E é, assim, desacomodando os alunos, que acreditamos que se dá o processo de construção do conhecimento, pois, conforme Demo (2001, p.14) a função principal do professor “não seria, jamais,

substituir, simplificar, facilitar, banalizar a aprendizagem do aluno, mas torná-la viável e tanto mais profunda e qualitativa. Instiga, motiva, desafia, inquieta, instabiliza... Não dá nada pronto.” Esse é um grande desafio para a educação, o que a torna instigante, fazendo com que todos os seres envolvidos nesse cenário não se sintam realizados, mas tenham a necessidade constante de se realimentarem. E nesse processo, as dúvidas e os erros não são problemas, mas sim, elementos criativos da aprendizagem.

### Referências

COSTA, Marisa Vorraber. A pesquisa-ação na sala de aula e o processo de significação. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998.

DEMO, Pedro. O desafio reconstrutivo político da aprendizagem. In: DEMO, Pedro, TAILLE, Ives de La e HOFFMANN, Jussara. **Grandes Pensadores em Educação: O desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação**. Porto Alegre, Mediação, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. Ação interdisciplinar na escola e educação básica: reflexões introdutórias. In: STRECK, Danilo (Org.) **Educação básica e o básico em educação**. Porto Alegre, Sulina/Unisinos, 1996.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressões e Mudança na Educação**. Porto Alegre, Artemed, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In : SILVA, Tomás Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, Vozes, 1995.